

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Estamos a debater o Plano e Orçamento para 2009, bem como as Orientações a Médio Prazo, numa conjuntura de crise, oficialmente reconhecida, como uma das piores, depois da grande recessão dos anos trinta.

No entanto, os documentos que analisamos são uma chapa 5, dos outros que, ao longo dos últimos anos, foram apresentados a esta Assembleia.

A crise está a afectar todas as nove ilhas dos Açores. Cada uma com as suas particularidades. Em S. Miguel, onde a iniciativa privada domina a economia, os impactos da crise

já assumem proporções de grande preocupação. Se as medidas certas não forem tomadas a tempo e horas, uma crise social poderá estar à porta.

Não se trata de alarmismo, nem de retratar cenário catastrófico. O que se sente- é que a situação social se degrada com o aumento do desemprego, privando famílias dos seus salários e dos rendimentos adequados a uma digna sobrevivência. Muito embora muitas das grandes empresas tentem, por todos os meios, assegurar os empregos dos seus trabalhadores, o certo é que os pequenos subempreiteiros já tiveram que despedir, registando-se casos de operários sem a segurança social, e que agora se vêem privados de rendimento.

Por outro lado, em S. Miguel, o surto de construção diminuiu drasticamente, e ainda existem mais de 2000 fogos que não encontram compradores, o que provoca uma quase paralisação do sector da construção civil, com todas as consequências negativas para a economia.

Por isso, não é demais referir que se torna imperioso tomar medidas de emergência, no sentido de se apoiar as famílias no seu rendimento, de modo a dar-lhes confiança, enquanto consumidores e dinamizadores da economia.

O mercado da oferta e da procura de casa carece de dinamização e de intervenção urgente.

O Grupo Parlamentar do PSD auscultou os vários parceiros sociais em S. Miguel. E constatou que os micalenses têm muito capital de queixa e que lhes deve ser dada uma melhor atenção.

Apesar do muito que foi feito, os micalenses esperam por várias obras em estradas, há muito prometidas, desde a via alternativa à Ribeira Quente, que foi uma promessa solene na sequência da tragédia das cheias de 1997, passando pela Variante a Rabo de Peixe que passa de ano para ano, sem que o governo se digne informar o ponto de situação da sua efectiva construção. A ligação das SCUTs à Povoação é uma aspiração lograda e constitui uma das outras vias terrestres que são estratégicas para o

desenvolvimento e para o combate às assimetrias internas da ilha de S. Miguel. Importa também não descurar a pretensão dos nordestenses, relativamente à alteração do troço da SCUT de ligação final à Vila do Nordeste.

É opinião generalizada e de acordo com alguns parceiros sociais que foi um erro deste governo, a opção do processo das "SCUTs", porquanto o Governo Regional tinha alternativas de procedimento que podiam envolver mais as empresas de S. Miguel e neste momento algumas delas não estariam a passar pelo sufoco com que neste momento vivem, para além de se evitar a saída das mais valias, com a construção dos novos troços.

Constata-se, igualmente na análise deste Plano, que algumas obras estão inscritas, mas com dotação insuficiente, apenas para fingir, mas que não servirão para concretizar a pretensão das populações.

De acordo com os parceiros do sector agrícola, a crise chegou há muito tempo, mesmo muito antes da crise internacional que agora também assola toda a Região.

Os empresários agrícolas micalenses têm dificuldades de liquidez. Os caminhos agrícolas, fora dos Perímetros de Ordenamento Agrário, são esquecidos pelos Serviços competentes e as verbas para a extensificação pecuária em S. Miguel são manifestamente insuficientes. No âmbito das pescas, apesar do Governo prometer reforçar o apoio aos pescadores no âmbito do FUNDOPESCAS - um mecanismo estrutural de protecção social, criado para apoiar os profissionais da pesca, que por questões de mau tempo não podem exercer a sua actividade - constata-se que são retiradas verbas ao Plano, diminuindo-se a dotação relativamente à prevista no Plano e Orçamento de 2008.

Por outro lado, no programa regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca, não está inscrita qualquer verba para o porto de Rabo de Peixe.

A verdade porém é que o Porto de Rabo de Peixe carece, com urgência, de um contra-molhe, bem como para o porto da Ribeira Quente.

Se os Açores têm a nível nacional um dos mais elevados índices de pobreza segundo o rendimento, é, infelizmente, em S. Miguel onde se podem encontrar as maiores bolsas de pobreza dos Açores.

Em 2007, 65,9% dos beneficiários do rendimento social de inserção social eram desta ilha. No entanto, as verbas destinadas à solidariedade social, num ano que deveria ser de combate à crise, caíram de 6.371 mil euros (6 milhões e 371 mil euros) para apenas 3.785 mil euros (3 milhões e 785 mil euros).

A pobreza e a exclusão social são factores que põem em risco a sustentabilidade do sistema social, sendo os mecanismos de protecção social fundamentais na manutenção dessa sustentabilidade. Por isso, neste ano de crise, reclamamos para S. Miguel uma estratégia para a promoção da sua coesão social.

As expectativas dos micaelenses ficam neste Plano defraudadas, no que diz respeito à falta de verba para muitas promessas, designadamente, quanto à construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada, prometida desde a venda do palacete Marquês da Praia e Monforte, que não voltará a ser concretizada ainda este ano, pois apenas está prevista a verba para o respectivo projecto. O mesmo acontecerá com a prometida construção das secções destacadas dos Bombeiros Voluntários na Lagoa e nas Capelas, visto que o Plano só regista a irrelevante verba de 25.000€; quanto à construção da escola Natália Correia, há muito prevista na carta escolar de Ponta Delgada, esta continuará a ser mais uma miragem para S. Miguel.

Por outro lado, não foi contemplada no Plano a prometida construção do complexo desportivo no Tecnoparque da Lagoa, nem o reordenamento da orla marítima da zona do portinho de São Pedro, com a construção de uma zona comercial e instalações náuticas. Outrossim, a verba para o Centro de Arte Contemporânea é manifestamente

insuficiente para uma promessa de tão grande alcance cultural para o Concelho da Ribeira Grande.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Muito foi feito nos Açores, mas há muito prometido que ainda está por fazer em São Miguel, o principal motor do progresso e crescimento dos Açores. Por isso, a coesão social e económica de toda a Ilha deve constituir um objectivo político, onde os mais carenciados e os mais distantes dos centros urbanos possam envolver-se e contribuir para o seu desenvolvimento.

S. Miguel exige uma estratégia, onde toda a ilha sinta que o seu potencial é otimizado no processo de desenvolvimento e de coesão económica e social.



Acreditamos nas potencialidades de S. Miguel e dos Açores.

Deputado António Pedro Costa